

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.507.654 - PE (2019/0148234-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : ESTADO DE PERNAMBUCO  
**PROCURADOR** : CATARINA DE SÁ GUIMARÃES RIBEIRO E OUTRO(S) -  
PE021217  
**AGRAVADO** : MARIA DE LOURDES CRUZ PURIFICACAO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por ESTADO DE PERNAMBUCO, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, assim ementado:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO REEXAME NECESSÁRIO E RECURSO DE APELAÇÃO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO VOTRIENT (PAZOPANIB) 400 MG NEOPLASIA MALIGNA DO RIM COM METÁSTASE PRELIMINAR DE CHAMAMENTO AO PROCESSO REJEITADA PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA REJEITADA MÉRITO DIREITO À SAÚDE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO PODER PÚBLICO GARANTIA ASSEGURADA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DEMONSTRAÇÃO DA NECESSIDADE DE UTILIZAÇÃO DO MEDICAMENTO RECOMENDADO E DA INCAPACIDADE FINANCEIRA EM ADQUIRÍ-LO PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL INAPLICÁVEL EM MATÉRIA DE PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS RAZOABILIDADE DAS ASTREINTES PRAZO DE 05 DIAS PARA CUMPRIMENTO QUE SE MOSTRA EXÍGUO DILAÇÃO DO PRAZO PARA 10(DEZ) DIAS REEXAME NECESSÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO RECURSO DE APELAÇÃO PREJUDICADO

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula 126/STJ, uma vez que é imprescindível a interposição de recurso extraordinário quando o acórdão recorrido possui fundamento de natureza constitucional suficiente por si só para a manutenção da decisão.

Nesse sentido: “Existindo fundamento de índole constitucional, suficiente para a manutenção do acórdão recorrido, cabia à parte recorrente a interposição do imprescindível Recurso Extraordinário, de modo a desconstituí-lo. Ausente essa providência, o conhecimento do Especial esbarra no óbice da Súmula 126/STJ, segundo a qual 'É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta-se em

fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário'. Precedentes do STJ" (AgInt no AREsp 1.288.579/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 25/09/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 821.329/PB, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 13/02/2019; AgInt nos EDcl no REsp 1.445.887/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 19/12/2018; AgInt no AREsp 1316610/SC, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 06/12/2018; e AgRg no AREsp 800.057/RN, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 14/11/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente